

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.311 - MG (2019/0043843-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : FABIULA GOMES DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por FABIULA GOMES DE OLIVEIRA, contra acórdão proferido pela 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.18.126837-6/000.

Consta dos autos que a recorrente foi presa em flagrante em 24-8-2018 pela suposta prática do delito previsto no art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal.

Nesta via, a recorrente afirma que a manutenção da custódia cautelar não apresentou fundamentação idônea, tendo em vista a ausência dos requisitos necessários.

Sustenta que a prisão preventiva seria mais severa que os efeitos de uma eventual condenação, haja vista a possibilidade de fixação de regime prisional mais brando, nos termos dos Enunciados das Súmulas 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal e Súmula 440 do Superior Tribunal de Justiça.

Requer, desse modo, a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a segregatória preventiva da recorrente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, diante da gravidade, ao que parece concreta, da conduta imputada a FABIULA GOMES DE OLIVEIRA, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 127-129):

[...]

E, de plano, analisando o pedido de revogação da prisão preventiva, vislumbro presente ao menos um dos requisitos do artigo 312 do CPP, qual seja, a garantia da ordem pública, pela séria possibilidade de reiteração delitiva, fator que impede a concessão da ordem.

Isso porque, conjugando a análise da r. decisão de fls. 34/35 (que converteu a custódia flagrantial em preventiva) com as demais peças processuais que instruem os autos, verifica-se que este não é o primeiro envolvimento da paciente na prática de ilícitos penais, sendo certo que sua situação é, com razão, digna de maior precaução por parte da il. Autoridade processante.

[...]

E, de fato, conforme se depreende da CAC de fls. 62v/63v e FAC de fls. 10/20, a paciente reitera na prática delitiva, pois já responde a duas outras ações penais por crime de furto (autos nº. 0445835- 07.2018.8.13.0024 e nº. 0927873-11.2018.13.0024) e tráfico de drogas (autos nº. 0075735-79.2017.8.13.0301), além de já ter sido "beneficiada com a liberdade provisória em seis oportunidades, mediante inclusive a imposição de recolhimento domiciliar e monitoração eletrônica", que restaram, ao que consta, descumpridas pela increpada.

Assim, tenho que seu comportamento pregresso não transfere a segurança de que, em liberdade, deixará de se envolver em outros ilícitos penais (notadamente os patrimoniais), restando justificado o sacrifício de sua liberdade individual para garantia da ordem pública.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverão trazer aos autos notícias atualizadas acerca do andamento da ação penal lá deflagrada contra a parte recorrente, encaminhando a esta Corte Superior cópia de eventual sentença proferida e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo, noticiando ainda acerca da situação prisional de FABIULA

GOMES DE OLIVEIRA.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

